



resenhas

LOPES, José Rogério. 2017. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula. 151p.

Nádia Philippsen Fürbringer
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

A prática do colecionismo como um fenômeno social é o tema do livro do professor e pesquisador José Rogério Lopes, que lança um olhar cuidadoso sobre arquivos pessoais e memórias patrimoniais enquanto frutos de interações sociais. O livro é resultado de uma longa trajetória de pesquisa acerca do tema, que se iniciou com um projeto financiado pelo CNPq e realizado entre 2012 e 2014, um vídeo-documentário e outras publicações posteriores. As pesquisas foram realizadas em estâncias turísticas ou que possuem sítios histórico-patrimoniais nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pará. Lançado em 2017, o livro tem 151 páginas e se inicia com a Apresentação contextualizando a obra, três capítulos de discussão teórica e com dados de campo e um Encerramento descrito como provisório ao indicar futuros encaminhamentos da pesquisa.

“Por que as pessoas colecionam coisas?” é a pergunta que orienta o primeiro capítulo do livro. A prática do colecionismo é apresentada por um quadro explicativo que associa tal prática social às representações dos ciclos de vida. Seguindo teóricos clássicos como Durkheim, Bataille, Sahlins, Simmel, Halbwachs, entre outros, o autor defende o caráter universal do ato de colecionar, demonstrando que tais práticas são orientadas por princípios e valores definidos socialmente. Mas seu empenho argumentativo se coloca na demonstração das fases de desenvolvimento psíquico da criança e seu engajamento com determinados objetos, iniciando a formação das coleções, que ganham mais volume na adolescência, mas que na entrada na vida adulta podem não interessar mais. O autor salienta que essa perspectiva é percorrida para compreender a ideia de self que considera central para o entendimento dessa prática. A constituição da identidade em si, permeada pela interação social através da aceitação grupal e coletiva, é uma identidade na ação em que o eu e o outro são construídos. Portanto, as coleções e suas práticas são concebidas como a relação entre ciclos de vida e as percepções condicionadas nos vínculos que o indivíduo estabelece com o outro. Os objetos colecionados, desse modo, estabelecem o reconhecimento entre os indivíduos, mediando significativamente as relações.

O segundo capítulo se constitui de elementos que compõem o quadro expli-

cativo sobre as motivações e propósitos dos colecionadores. Lopes apresenta três casos das interações em torno de coleções particulares e seus colecionadores. São três homens: um de São Paulo que coleciona girafas em diversas formas e dois do Rio Grande do Sul, um com uma coleção de chaveiros e outro com fotografias e recortes de jornal. O sentido atribuído em tais coleções vai além da dimensão cognitiva do indivíduo colecionador, como exposto no capítulo anterior, ao apresentar novas significações, pela incorporação de outras referências e pelo amadurecimento do seu proprietário. São diferentes formas como os colecionadores interagem com a ordem material da cultura – podem ser expostas, na própria casa do colecionador ou em um espaço aberto ao público, mas podem também permanecer guardadas em gavetas e no fundo de um armário.

Uma das contribuições principais que a obra traz para o campo da Antropologia é a reflexão sobre a prática do colecionismo não centrada na biografia social das coisas ou na biografia individual do colecionador. Estas perspectivas já têm um campo sedimentado nas discussões de Kopytoff (2008) e Appadurai (2008), por exemplo. A visão almejada pelo autor ao analisar as presenças e ausências na prática do colecionismo é uma proposta reflexiva acerca de como se estabelece essa relação do self com a cultura material, compreendendo a implicação da ordem material na produção de sociabilidades.

As coleções são compreendidas por Lopes como formações culturais materiais, resultados de projeções de atributos individuais, ressignificadas em processos de reconhecimento que permitem mediações significativas com os indivíduos. O ato de colecionar é, portanto, considerado como um ato comunicacional, através do ordenamento dos objetos e sua organização se faz como discurso. Não se trata somente da permanência enquanto preservação do objeto que compõe a coleção, mas também da ausência. Essa duplicidade, proposta por Aumont (1995) acerca das imagens, é estendida na conceitualização da coleção, constitui a formação sensível do pensamento, pela presença de objetos visualizada e sentida igualmente através da ausência na composição da coleção.

Por fim, para atingir essa proposta como um todo, o autor avança na discussão de como os “contratos de visibilidade” também compõem esse quadro reflexivo. Apresenta três narrativas artísticas que são compostas por enredos que descrevem a relação entre indivíduos, seus selfies, e seus papéis, como colecionadores, nas relações com outros. A argumentação segue demonstrando como os quadros de experiência colecionista evidenciam sua constituição enquanto redes de sociabilidade que

dão o suporte à formação dos colecionadores e também aos seus aprendizados. Ou seja, as coleções possuem marcações individuais de um ciclo de vida, ou de passagem desses ciclos, mas podem se constituir em marcações coletivas, que, inclusive, podem adquirir também valor de mercado.

O terceiro capítulo introduz um debate mais conhecido no campo da Antropologia, que é a singularização das coleções. As coleções estão sujeitas aos diversos fluxos que atravessam os vínculos que os indivíduos engajam nas coisas (mercantilização, troca, consumo e produção de valores sociais) e que as definem como bens sociais e patrimônios. Assim, a proposta do autor é argumentar que “a valoração patrimonial de coisas e pessoas se constitui por diferentes níveis de interação, nos interstícios da relação entre bens sociais e memórias individuais e coletivas” (:91). Debate já empreendido por Appadurai (2008), mas que na visão de Lopes, é possível transcender as fronteiras da localidade. Para avançar, Lopes argumenta que a memória deve ser compreendida como vetor de difusão de valores dos bens sociais. O valor de um bem se consolida a partir da memória coletiva, e a interação dos colecionadores pode ser compreendida como procedimentos rituais. Isso atestaria o deslocamento do local para o coletivo. Articular as noções de tempo e memória desenha o campo do self em contraposição ao outro e ao coletivo, essenciais para pensar as representações da vida individual e coletiva, defendendo o lugar da memória para a definição de acontecimentos que registram a ordem de aquisição dos bens. Assim também é possível vislumbrar os valores intrínsecos à disponibilidade pessoal ou coletiva dos bens.

Lopes também mapeia as discussões acadêmicas acerca das coleções, olhando mais atentamente para casos de diversidade cultural e patrimônio. Destaca a emergência de novas concepções de coleções contemporâneas, propostas por Canclini (1990). Assim, a partir desse mapeamento, apresenta os dados etnográficos de forma mais aprofundada, através da descrição de três quadros de experiências colecionistas. Primeiro, há um colecionador de São Luiz do Paraitinga/SP, que guardava imagens da indústria cultural vinculadas ao contexto histórico da sua cidade. O segundo colecionador era de Canela/RS e colecionava camisas de futebol. Por fim, um colecionador de fotografias antigas da sua cidade, Mariana/MG. Importante identificar que duas das coleções abordam, de alguma forma, imagens históricas das cidades (Canela e Mariana), ponto bastante trabalhado pelo autor. Questiona-se se tais práticas e agenciamentos colecionistas reverberam de forma semelhante em coleções propostas por mulheres. Há, no início do livro, um exemplo de uma

senhora britânica e sua coleção, mas para o cenário brasileiro, seria interessante se mais quadros de experiências colecionistas de mulheres fossem aprofundadas.

Ao descrever esses quadros, Lopes adentra a discussão dos Arquivos Pessoais, somando a sua análise a de Heymann (2009), uma das poucas intelectuais que se dedica ao tema dentro da Antropologia brasileira. O autor considera os processos de agenciamento que os indivíduos operam sobre suas coleções, através dos diversos repertórios sobre práticas e processos de patrimonialização, atento também aos processos de singularização e produção do mercado que pautam a relação entre as pessoas e os objetos. Especialmente quando se têm em vista as ações de exposição dessas coleções pelos seus colecionadores, mostrando o deslocamento de um registro individual, que as originaram, transformando-as em registros coletivos, que as mantêm, tornando-se bens de marcação simbólica.

Para Lopes, é importante compreender a “disponibilidade que se projeta dos indivíduos, em exteriorizar seus objetos de coleção num campo de negociação de memórias, mesmo quando tal campo é concebido como um jogo de características maleáveis” (:138). Ele finaliza apresentando caminhos para o campo de pesquisa sobre coleções, através de abordagens focadas na cultura material, na relação entre humanos e não humanos e também em outros campos científicos como, por exemplo, a psicanálise. Os estudos acerca das coleções, das memórias patrimoniais e dos arquivos pessoais seguem seu próprio objeto, não se esgotam e sugerem mais possibilidades de pesquisa.

Recebido: 01/10/2018

Aprovado: 25/01/2019

Nádia Philippsen Fürbringer é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Sua pesquisa tem financiamento da agência CAPES. Atua como pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas - CANOA/UFSC. ORCID: 0000-0003-0281-4967. Contato: nadiapf@gmail.com

Referências Bibliográficas

AUMONT, Jacques. 1995. *A imagem*. Campinas: Papirus.

APPADURAI, Arjun. 2008. "Introdução: mercadorias e a política de valor". In: _____. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EdUFF. p. 15-87.

HEYMANN, Luciana Quillet. 2009. *Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos*. Texto apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires.

KOPYTOFF, Igor. 2008. "A biografia cultural das coisas". In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EdUFF. p. 89-121.

VERDUM, Júlia Selau. 2017. *Os habitantes da montanha do vento*. Brasília: Sobrescrita. 109p.

Gabriela Luiza Viana Mendes

Universidade Federal de São João del-Rei - Brasil

O trabalho de Júlia Verdum é resultado da confluência do pensamento intuitivo e imaginativo com o pensamento analítico-científico. A autora apresenta uma abordagem transdisciplinar da espacialidade de grande relevância para a ciência contemporânea, em que nos conduz a uma nova compreensão da realidade a partir dos vínculos afetivos que os indivíduos estabelecem com seu território, se distanciando cada vez mais do modo de pensar cartesiano, objetivo e fragmentado presente na ciência moderna.

O livro reflexão-relato é fruto de seu trabalho monográfico, que foi realizado em 2014, para conclusão de sua graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem como base teórico-documental sua pesquisa-vivência etnográfica junto aos Yanomami de Watoriki, que vivem ao pé da Serra Demini, no Amazonas. Assim, ao conhecer, analisar, experimentar e sentir, tudo ao mesmo tempo, Júlia Verdum toma partido da subjetividade como mecanismo fundamental para compreensão do processo de apropriação do espaço pelos Yanomami, distanciando-se do olhar científico-neutro-masculino e assim nos leva a crer que novas espacialidades são possíveis.

O primeiro capítulo – “Meu pensamento em movimento e seus caminhos” – apresenta a trajetória teórico-conceitual da autora em sua pesquisa. Tomando como ponto de partida o pensamento de Boaventura de Souza Santos, Júlia Verdum discorre sobre a visão reducionista da realidade presente na ciência atual, pautada em generalizações e que, por isso, anula a diversidade e multiplicidade de saberes e possibilidades de interpretação do mundo. Assim, discute sobre a noção de racionalidade ocidental posta pela modernidade e que ainda se propaga pelo planeta, caracterizada pelo modelo econômico desenvolvimentista, intolerante às formas tradicionais de conhecimento e manejo da natureza.

Ao traçar conceitos e ideias, o que a autora denomina de processo contínuo de assimilação-ação-transformação-assimilação, esse capítulo segue com a apresentação de algumas referências fundamentais para compreensão do trabalho desenvolvido. A partir da perspectiva agroecológica, etnoecológica, dentre outros concei-

tos, a autora constrói um diálogo entre teoria e realidade em que nos apresenta a complexa inter-relação que diferentes povos indígenas travam com a natureza. Júlia Verdum nos revela novas formas de perceber e se relacionar com o meio natural, modos alternativos de apropriação e transformação do espaço por esses povos tradicionais, que se pautam no conhecimento profundo do meio ambiente, práticas, valores e crenças.

Ao fim do capítulo, a autora faz um apanhado metodológico sobre a pesquisa que originou o livro e descreve como foi realizada sua revisão bibliográfica, trabalho de campo e sistematização dos dados coletados. Na primeira etapa foram levantados dados sociodemográficos sobre a ocupação do território, as atividades, as relações intercomunitárias e sobre os aspectos cosmológicos da cultura dos Yanomami de Watoriki. A segunda etapa foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro em Boa Vista, que durou 28 dias, para uma conversa com alguns Yanomamis, pesquisadores e indigenistas. No segundo momento, com duração de 30 dias, a autora buscou uma inserção na vida cotidiana dos Watoriki, acompanhando-os em suas atividades rotineiras de trabalho, lazer, comensalidade, em que foram elaboradas entrevistas casuais, cartografias e um diário de campo.

Muitos desses materiais produzidos em suas visitas de campo, como, por exemplo, os mapas e desenhos que estão presentes ao longo de todo o livro, são mais do que uma tentativa de registrar cartograficamente os elementos das aldeias. Para além da abordagem antropológica tradicional, Júlia Verdum explora novos meios para construção do conhecimento, e os utiliza como parte do seu processo de pesquisa, de modo a obter uma melhor compreensão dos vínculos afetivos que esses grupos mantêm com seu território.

O segundo capítulo – “Povo que caminha” – discorre sobre as características gerais dos Yanomami, tais como seu histórico, demografia e ocupação do território, assim como sobre os conhecimentos que foram incorporados por esses povos durante anos. Nesse capítulo, a autora aponta a complexa dinâmica de expansão demográfica e geográfica Yanomami que possibilitou o contato e a troca de saberes com outras culturas e novos contextos físicos. Mostra ainda a importância do caminhar para o desenvolvimento desse grupo, que, por meio dos deslocamentos, se envolveu em um processo contínuo de adaptação e aprimoração. De acordo com Júlia Verdum, o ato de caminhar, até os dias atuais, tem contribuído significativamente para a formação da memória individual e coletiva dos Yanomami.

Durante seu trabalho de campo, Verdum constatou ainda que ocorreram algumas

alterações no padrão desses deslocamentos, advindos principalmente do contato com povos não indígenas. Ao final desse capítulo, temos que a mobilidade dos Yanomami, ao contrário do que muitos pensam, não está relacionada apenas aos hábitos de sedentarismo e nomadismo destes povos, mas está intimamente pautada nas estratégias de manejo e aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

Em seu terceiro capítulo – “Os habitantes da montanha do vento” – a autora foca sua pesquisa no grupo dos Yanomami de Watoriki. Além de discorrer sobre o processo de expansão geográfica, deslocamentos e história desse grupo, nos são apresentados seu modo de vida e sua apropriação do território. De acordo com a autora, esses Yanomami “possuem uma apurada sensibilidade espacial e um profundo conhecimento dos ambientes em que vivem”.

Ao longo desse capítulo, é possível apreender que a territorialidade dos Yanomami está relacionada não apenas às relações que esses povos estabelecem com o meio físico e objetivamente material, mas parte da compreensão das relações sociais e culturais, subjetivas que esses povos estabelecem com o espaço. Segundo Júlia Verdum, “além deste espaço-mundo que é percorrido, habitado e humanizado, sobreposto a ele e compartilhando o mesmo substrato, um mundo mágico se revela”.

O último capítulo – “O manejo do mundo: espaço vivido, espaço criado” – expõe em detalhes o sistema de manejo do território realizado pelos Yanomami. Como visto no capítulo anterior, esse grupo tem sua maneira própria de se relacionar com o meio físico e natural, interpretando-o como uma entidade viva. O território Yanomami descrito é definido por uma relação complexa e dinâmica entre humanos e não humanos, distante da ideia ocidental de espaço inerte, encarado apenas como recurso e meio de exploração econômica.

Ao mesclar relatos de pesquisadores e trechos de seu diário de campo, nesse capítulo a autora narra seu processo de pesquisa a partir de descobertas feitas em seu tempo de vivência junto aos Yanomami. De acordo com a autora, durante todos esses anos, a partir de um profundo conhecimento adquirido pela integração com o meio, experimentações e pela construção de uma memória coletiva baseada na oralidade, esses povos vêm realizando o manejo do ecossistema amazônico.

A autora conclui ressaltando que apesar de se tratar de uma sociedade tradicional, os Yanomami não apresentam uma cultura estática. Mesmo que realizem práticas ancestrais ainda nos dias de hoje, esses povos estão em constante transformação. Ademais, a interação dos Yanomami com outros grupos indígenas e não indígenas

levou a troca de saberes e incorporação de hábitos provenientes dessas culturas. De acordo com Júlia Verdum, existem muitas pesquisas sobre os Yanomami, mas que essas negligenciam a evolução no modo de viver desse grupo, seu profundo conhecimento e manejo da floresta.

Portanto, é preciso desconstruir a visão reducionista de que estes povos – assim como outros povos indígenas – vivem em isolamento e são sociedades subdesenvolvidas. Os Yanomami detêm um complexo sistema de manejo do território e por isso é preciso ainda superar a visão naturalista da produção do seu espaço. Esses grupos não apenas ocupam a floresta e vivem de seus recursos, mas se apropriam do espaço, transformando-o a partir de suas práticas sociais.

A partir da vivência e de um estudo profundo do mundo Yanomami, a autora nos revela que outras formas de habitar e produzir o espaço são possíveis. Noção que nos parece cada dia mais ofuscada pela fragmentação dos saberes e pela lógica capitalista de produção do espaço advindo da modernidade. Assim, o livro de Júlia Verdum nos soa como um bom presságio em tempos de crise ambiental e urbana, em que precisamos de mais do que análises objetivistas e tecnicistas da espacialidade.

Recebido: 23/10/2018

Aprovado: 26/11/2018

Gabriela Luiza Viana Mendes é mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade. ORCID:0000-0001-9709-7416. Contato: gabrielavianam@gmail.com

Referências Bibliográficas

PLAZA, Júlio. 2003. “Arte/ciência: uma consciência”. ARS São Paulo, v. 1, p. 37-47.

BRITO, Celso de. *A roda do mundo: A Capoeira Angola em tempos de globalização*. Curitiba: Apris, 2017.

Geslline Giovana Braga

Universidade Federal do Paraná - Brasil

A roda do mundo: a Capoeira Angola em tempos de globalização é fruto da dissertação que Celso de Brito defendeu em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. Dividido em quatro capítulos, o livro descreve os sistemas de linhagens da Capoeira Angola a partir de grupos instalados em Curitiba nos anos 1990. A pesquisa etnográfica realizada pelo autor estende-se ao Grupo de Capoeira Angola Cabula (GCAC) na França, com o objetivo de mostrar fluxos de capoeiristas em tais circuitos, permeados por noções de globalização. Ao longo do trabalho, Brito retoma as discussões de sistemas de linhagem na antropologia, a partir de clássicos como A. R. Radcliffe-Brown, para desenhar as linhagens e os fundamentos identitários da Capoeira Angola, explora o conceito de “glocalização” de Roland Robertson e, por fim, categoriza os “fluxos culturais” dos grupos nos termos de Arjun Apparudai.

No Capítulo 1, “Entre o global e o local”, o antropólogo apresenta o seu pertencimento ao universo da Capoeira, descrevendo sua iniciação na Capoeira Regional, passando pela Capoeira Contemporânea e sua conversão à Capoeira Angola. Tais vertentes são explicadas ao longo do texto, como constituidoras das diferenças de fundamentos da prática da capoeira. A Capoeira Regional de Mestre Bimba seria a vertente que sistematizou a capoeira; a Capoeira Angola de Mestre Pastinha como vertente ligada às tradições africanas; e a Capoeira Contemporânea como uma fusão das vertentes. Brito é um “estudioso-jogador”, termo usado por Carlos Eugênio Libano Soares (1995), no livro *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*, para nomear capoeiristas que também se dedicam a pesquisas acadêmicas sobre Capoeira. Mestre Luiz Renato (1998), no artigo “Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da Capoeira”, diz ser de grande contribuição às ciências humanas que capoeiristas sejam pesquisadores acadêmicos, no entanto, observa que esses podem legitimar a visão da própria linhagem ou grupo: “a inserção do pesquisador do campo – no sentido sociológico de Pierre Bourdieu – da Capoeira, o que, sem dúvida alguma, interfere nas posições que este assume quanto a aspectos doutrinários da luta” (1998: 2).

Ainda nesse primeiro capítulo, Brito indica seus referenciais teóricos, para tratar de temas como cultura e identidade, tradição e transnacionalismo. Identifica a importância da noção de “fundamento” para a Capoeira Angola em sua expansão sem choque com a tradição, organizando relações sociais e mobilidade ao deslocar-se. Ao enunciar suas discussões, empresta outras noções já aplicadas à Capoeira como “globalização” e “diáspora”, referenciando Daniel S. Ferreira Granada (2004) e Maurício Barros de Castro (2007). E, assim, introduz o conceito de “glocalização” de Roland Robertson (2000). O autor demonstra como tal conceito serviu para explicar os fluxos do Tango e do Hip Hop, e como este lhe parece ideal para pensar a difusão da Capoeira Angola em diferentes lugares com os mesmos fundamentos originários. Brito cita e descreve as noções de Arjun Appadurai, que resgatará no último capítulo, explicando suas relações com os “fluxos culturais” marcados pelas mídias e pelos deslocamentos populacionais. E com o “trabalho de imaginação”, descreve as cinco dimensões desses fluxos cunhados pelo antropólogo indiano: *ethnoscapes*, *technoscapes*, *finascapes*, *mediascapes* e *ideoscapes*. Assinala não ser o primeiro a acessar tais conceitos para explicar a Capoeira transnacionalizada, cita Mônica Acetti (2010) e a noção de que a capoeira “dissemina-se pelo mundo a partir de ‘ethnoscapes’” (Brito, 2017: 53), sistematizados no “triângulo de hibridização” do tipo GOL – Global, Origem, Local – mostrando como tais fontes culturais são simétricas para expansão da Capoeira.

No segundo Capítulo, “Origens e linhagens”, baseado nos clássicos de A. R. Radcliffe-Brown e E. E. Evans-Pritchard, Brito empreende o esforço de elaborar um sistema de linhagens da Capoeira Angola, a partir de Mestre Pastinha. Considerando a “forma estrutural do sistema”, o autor constrói dois gráficos, um denominado “Forma estrutural do sistema de linhagem da Capoeira Angola” e outro, “Estrutura do sistema de linhagem da Capoeira Angola”. Esses empenhos sistematizadores são corajosos, pois as discussões sobre tais sistemas de linhagem são controversas e permeadas pelas concepções de cada grupo.

Ainda no Capítulo 2, Brito considera que as identidades são construídas a partir dos fundamentos e classificadas em quatro diferentes dimensões, observando os sinais diacríticos de alteridade em relação progressiva com a Capoeira Regional, as linhagens, os grupos e os núcleos. Para o autor, os fundamentos identitários da primeira dimensão são relações de alteridade com a Capoeira Regional: o uso de calçados, a formação da orquestra, a gestão da violência e as “chamadas de Angola”; os da segunda marcam descontinuidades dentro das linhagens e estão ligados às diferentes

formas de organizar a orquestra; os da terceira são sutis, como a cor e símbolos das roupas, e marcam as diferenças entre grupos de uma mesma linhagem; enquanto os da quarta dimensão são as diferenças dos núcleos pertencentes aos mesmos grupos. Tal empreendimento de categorização depreende da lógica da própria linhagem do autor, que vem do Mestre Moraes, como mestre de grupos atuantes na cidade de Curitiba/PR. As quatro dimensões relacionam-se aos gráficos acima mencionados, pois exemplificam as relações entre as vertentes, as linhagens e os grupos, a partir dos mestres.

No Capítulo 3, “Angoleiros emergentes: a formação de núcleos de Capoeira Angola na França e no Brasil”, Brito avisa que a expressão “angoleiros emergentes” foi cunhada por Rosângela Costa Araújo (2004), em sua tese de doutorado *A Capoeira Angola da escola pastiniana como prática educativa*. Essa expressão foi utilizada para mostrar como os novos grupos se legitimam diante dos mais antigos. Celso Brito delimita a análise aos grupos de Capoeira Angola de Curitiba, fundados nos anos 1990 e ligados às linhagens de Mestre Moraes e ao Grupo GEAC de Lyon, de Mestre Barba Branca. O autor descreve a fundação, o desenvolvimento e as pontes entre as duas cidades, considerando as filiações e apadrinhamentos, evidenciando como, mesmo distantes, os dois grupos se mantêm fiéis aos fundamentos da Capoeira Angola a que estão vinculados, relacionados às formas do jogo, da orquestra, das vestes e das cores.

O Capítulo 4, “Glocalização dos fundamentos rituais, deslocamentos e sociabilidade”, é o mais etnográfico. Conforme os fluxos culturais de A. Appadurai, Brito realiza o esforço de designar os atos dos capoeiristas de Lyon do GCAC a partir da terminologia *scapes*. Inicialmente, Brito recorre a Jacques Le Goff (2002) e David Harvey (2008) para fundamentar a noção de que os jovens parisienses ainda estão impactados por Maio de 68 e têm uma sedução pela contracultura como oposição à racionalização ocidental. Tais afirmações também poderiam considerar o contexto francês atual com os “fluxos” produzidos pelos contextos migratórios e também com a significativa presença de grupos de outras vertentes de Capoeira na França e na Europa, iniciadas nos anos 1980 e intensificadas nos últimos anos.

Como “médiascapes”, Brito relata como os capoeiristas do grupo francês conduzem um aprendizado através de meios midiáticos, com materiais audiovisuais sobre a Capoeira Angola e, também, sobre a brasilidade de forma geral, em documentário e ficção. Observando como os materiais audiovisuais são usados nas lógicas tradicionais da Capoeira Angola, ele conta que um de seus informantes mantinha seus

arquivos de vídeos ordenados a partir das linhagens e, com isto, era capaz de reconhecer os jogos de cada mestre e seus alunos. Também descreve uma roda na qual a orquestra de Barba Branca, mestre do GCAC, foi projetada junto à orquestra que tocava na roda, propiciando assim uma interação midiática com o mestre que estava em Salvador, à distância do grupo.

Brito ainda observa que há uma sedução na Capoeira em função de suas formas de sociabilidade, já que os praticantes franceses creem ser diferentes da sociedade francesa, assim como a resistência e o contrapoder são assinalados pelos praticantes. Em “Ethnoscapes”, Brito demonstra, por meio da narrativa de seus interlocutores, como a religiosidade afro-brasileira é incorporada aos grupos pelas narrativas dos integrantes, mesmo não sendo um ensinamento apreendido com o mestre na França e, sim, fruto de experiências no Brasil. Ao citar Peter Fry (1982) e Daniel S. Ferreira Granada (2004), Brito considera que os símbolos nacionais são tencionados entre os angoleiros de Lyon não só como símbolos étnicos, mas místicos:

O que os lionenses estão nos mostrando, com a sua concepção do ritual da Roda da Capoeira Angola como religare, é que um novo cosmopolitismo moderno, muito peculiar, se forma na Capoeira Angola, mediante a linguagem do “espiritual” e do “sagrado” (: 162).

Por fim, Brito conclui:

A roda do mundo representa, portanto, o lócus no qual se articulam o ritual da “Roda de Capoeira Angola” e o “sistema de linhagem”, o “local” e o “global”, a “tradição” e a “modernidade”, o “sagrado” e o “profano”, ou, então, em outras palavras, a “Capoeira Angola glocalizada” (: 214).

Tal frase sintetiza a necessidade de categorização do autor ao longo do texto, enquanto os relatos etnográficos mostram fluidez e atravessamentos na consolidação de grupos transnacionalizados.

Com isto, a noção de globalização poderia propor discussões por um viés étnico-racial, fortuito no texto; e na mesma proporção, o conceito de “glocalização” tem objetivos mais fluidos do que a reafirmação de dicotomias expressas no texto, como tradição e modernidade ou sagrado e profano, por exemplo. Independente das delimitações da pesquisa, as questões étnico-raciais perpassam a Capoeira, são

estruturantes e estão nos fundamentos dos grupos, algo esquivado pelo autor.

O livro apresenta uma pesquisa em profundidade sobre a Capoeira Angola transnacionalizada, a partir de grupos de Curitiba, o que é relevante por mostrar a difusão da Capoeira também no Brasil, e da França, revelando a expansão da Capoeira ao redor do mundo. O corpo teórico utilizado no livro ora serve aos anseios do pesquisador, ora aos anseios do jogador que pertence a um grupo. Esse ponto faz o livro ter relevância também para os estudos sobre métodos etnográficos, refletindo sobre o “pesquisador-jogador” e a “observação participante”. Essa é uma leitura propositiva para antropólogos e desafiante para capoeiristas de todas as vertentes.

Recebido: 30/09/2018

Aprovado: 15/01/2019

Geslline Giovana Braga é graduada em Comunicação Social e Sociologia, especialista em fotografia. Mestre em Antropologia Social (UFPR) e Doutora em Antropologia Social (USP). Atualmente realiza estágio pós-doutoral em Geografia Cultural na UFPR. Foi professora substituta do Departamento de Antropologia da UFPR. É realizadora de documentários. Orcid: 0000-0002-1618-6239. Contato: geslline@gmail.com

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís.
2017. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo.*
Manaus: UEA. 124 pp.

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos
Universidade de Brasília - Brasil

Márcia Leila de Castro Pereira
Universidade Federal do Piauí - Brasil

O livro *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* analisa as relações sociais camponesas impactadas por projetos desenvolvimentistas, no estado do Maranhão. Assim, ao contrário do que poderia parecer, o termo “contemporâneo”, presente no título, contém a ideia crítica que os organizadores deste livro invocam; o exercício proposto procura romper a própria temporalidade e seus limites. A novidade desse termo, segundo os autores, “atém-se a processos históricos, reais, que não correspondem a “estágios” ou “etapas” fixas e determinadas, sendo necessariamente dinâmicos, contingentes” (: 41).

O livro tem como base reflexiva um relatório, escrito entre o final de 1974 e início de 1975, pelos antropólogos Alfredo Wagner Berno de Almeida e Laís Mourão, solicitado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do estado do Maranhão para auxiliar na construção do “Diagnóstico da economia do Maranhão”, o qual iria subsidiar o Plano de Governo estadual de 1975-78. Naquele período, via-se com clareza a inserção do Maranhão no contexto discursivo da ideologia nacional-desenvolvimentista. Tais estudos, à época, eram indispensáveis para consolidar o processo de desenvolvimento, e, nesse sentido, era imperativo definir qual seria o setor da economia mais indicado para sustentar o avanço desse processo; e como os autores irão demonstrar, haverá o predomínio do setor primário. Entretanto, segundo Almeida, o relatório se manteve no plano das interpretações, ou seja, “que não são imediatamente aplicáveis para fins de um plano de governo ou um programa de medidas visando ‘desenvolvimento’, e por isso não foi utilizado pela SEPLAN” (: 55).

Em 1976, os autores publicaram o artigo *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*, resultado do esforço de pesquisa não utilizada pela SEPLAN, no periódico científico Pesquisa Antropológica, organizado pelos professores Júlio Cezar Melatti e Martín Alberto Ibáñez-Novion, do Departamento de Antropologia da Universi-

dade de Brasília. Este texto, agora republicado no homônimo livro, completa 42 anos de existência.

O livro *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* possui três partes. A primeira parte apresenta um prólogo e uma nota. O “Prólogo: Variações no sistema repressor da força de trabalho e o porquê desta reedição” orienta o leitor e permite que Alfredo Wagner de Almeida forneça alguns detalhes sobre o processo de elaboração do livro. O autor explica que as discussões ali contidas foram suscitadas no contexto de uma palestra proferida no 8º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão, ocorrida em São Luís/MA, entre 1º e 3 de junho de 2016. A referida palestra aconteceu na mesa redonda intitulada “Análise de conjuntura”, que examinou o contexto político atual (como o populismo judiciário e a judicialização da política; a reprimização da economia por meio do agronegócio; os direitos trabalhistas; e os direitos territoriais de indígenas e quilombolas). Tais questões fortaleceram sua “disposição e confirmaram o propósito de recolocar o texto *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* no debate político” (: 16).

Já a “Nota sobre o periódico Pesquisa Antropológica” é de autoria do antropólogo Júlio Cezar Melatti. Em seis páginas, esse autor faz um histórico sobre Pesquisa Antropológica, criado em 1975 e mantido até 1983. Em seus oito anos de existência foram publicados, além do texto *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*, resenhas de livros, notícias de projetos em andamento, resumos de dissertações defendidas, dissertações, artigos, entre outras matérias. O periódico teve uma existência bastante exitosa, além de uma circulação que transcendia em muito os objetivos propostos inicialmente.

Na segunda parte do livro, o leitor encontrará um prefácio e o texto central, ao qual todo o restante se refere. O prefácio, “Repensando a Ação Antropológica: prefácio à edição de 2016”, assinado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, circunstancia criteriosamente as condições de elaboração do texto central, *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* e suas respectivas implicações à época, oferecendo elementos para uma releitura desse documento no tempo presente, clarificando, assim, o programa em que convergem organizadores e autores do livro como um todo. Evidencia a antropologia da ação, antropologia em ação e antropologia aplicada formuladas, principalmente, por George McClelland Foster e Sol Tax, tornando visível a configuração de campos particulares de produção de conhecimentos e de práticas políticas, que nos ajuda a refletir sobre o trabalho do antropólogo, possibilidades de

intervenção, tanto na época quanto na atualidade, no âmbito dos programas integrados a projetos de desenvolvimento do Estado.

Ainda nessa segunda parte do livro, está o texto central *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*, inicialmente publicado em 1976 e que agora também intitula o livro. Nessa reedição, os autores acrescentaram material jornalístico, análise estatística e documentos inéditos, todos da época. A divisão interna desse texto apresenta uma Introdução, “Análise do setor primário no planejamento estadual” e “As transformações na estrutura agrária”. Possui também um Anexo, “Sugestões para pesquisa em áreas urbanas”, e, por último, as Referências bibliográficas.

Vale detalhar esse conteúdo, já que se trata do cerne analisado pelo livro. Na Introdução, Almeida e Mourão definem qual será a dinâmica analítica e delimitam os grupos sociais focalizados a partir de suas mútuas relações no processo produtivo. Tal ênfase se dá a partir de tipos de “unidades de produção” – “unidades de produção camponesas” e “unidades de produção capitalistas” –, e não segundo a extensão territorial que monopolizam e/ou trabalham e nem conforme as atividades que exercem. Por meio desses tipos, os autores construíram uma rica relação de categorias, demonstrando a grande heterogeneidade das interações e dos atores sociais no meio rural maranhense. Sublinha-se então que elegeram, como objeto de estudo, as relações sociais no meio rural maranhense. Assim, foi possível evidenciar os fatores institucionais e socioculturais que atuavam na composição e na dinâmica da estrutura socioeconômica peculiar do meio rural. Desse modo, as pesquisas no campesinato deveriam observar suas interações internas (com outros agricultores) e externas (com a cidade), como interações presentes numa rede de relações sociais.

Em “Análise do setor primário no planejamento estadual”, os autores fazem uma bem articulada análise do “setor primário” no planejamento estadual. Visto como a única alternativa para o Maranhão sair do subdesenvolvimento e acelerar sua economia, o denominado “setor primário” foi priorizado pelo Estado, apesar da opinião divergente do setor industrial. A estratégia de ação adotada, que tinha como base o setor primário, figurava como atividade líder projetada para ganhar expressiva dimensão econômica, política e social. A opção foi feita em favor do setor primário, com base no argumento de que o desenvolvimento acontece em estágios e que o crescimento desse setor marcaria esse primeiro momento. Sua modernização, segundo a lógica economicista governamental, passava pela introdução no meio rural dos projetos agropecuários. Neste sentido, terras seriam disponibilizadas para esses projetos, os quais tinham a pretensão de absorver as famílias camponesas

vindas das áreas de “tensão social” do Estado.

Ao desconstruírem a noção de “setor primário”, os autores perceberam que esse se relacionava, “enquanto atividade, à pecuária, enquanto modalidade de exploração, à grande empresa agropecuária com mão de obra assalariada” (: 77). Além disto, “setor primário” também era entendido “como introdução na área rural de projetos agropecuários” (: 78), que teriam grandes incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Destarte, terras devolutas, vistas pelo Estado como áreas “desocupadas”, seriam disponibilizadas para os projetos agropecuários. Entretanto, como essas áreas não estavam desabitadas, pois nessas terras, além de já haver unidades de produção camponesas, existiam também territórios indígenas, o que intensificaria os conflitos pela posse e propriedade da terra.

Em “As transformações na estrutura agrária”, com base numa análise histórica sobre a economia agrária maranhense, em um contexto de crescente importância que se deu ao setor primário, Almeida e Mourão demonstram os conflitos sociais em torno da terra gerados pelo latifúndio tradicional, que teve como consequência a expropriação do campesinato. Segundo os autores, separar o camponês “do meio de produção, terra, tende a desorganizar o sistema produtivo, agricultura e extrativismo, mantenedor do abastecimento das áreas urbanas” (: 119). Esta ação expropriatória é explicada “pela transformação da pecuária extensiva, tradicional, que coexistia com a economia camponesa, e agora lhe é antagônica e pela implantação dos grandes projetos agropecuários em áreas próximas ou de ocupação camponesa” (: 119-120).

O aumento das áreas de pastagem do grande latifúndio e a separação do meio de produção camponesa, a terra, segundo os autores, reverberaram nos centros urbanos, pois desorganizou o sistema produtivo mantenedor do abastecimento das áreas urbanas maranhenses. Além disso, como os projetos agropecuários empregavam pouca mão de obra, a migração, para as periferias das cidades, era a única alternativa para vários camponeses.

Como afirmado por Klass Woortmann (1990), a terra não é simples coisa ou mercadoria. Porém, a tendência economicista vê o campesinato como resultado de determinações impostas pela lógica do capital. De acordo com Michael Taussig (1983), se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza. Na contramão dessas análises, estão os planos desenvolvimentistas governamentais autoritários que ainda insistem em modelos econômicos inexequíveis para o universo rural.

No final desse texto central, Almeida e Mourão, ao analisarem o mercado de produção e comercialização do arroz produzido por camponeses no Maranhão e o mercado de carne bovina, afirmam que o primeiro, por causa das flutuações de mercado, apresenta grandes vantagens sobre o segundo. Além disso, a produção de arroz, combinada com a produção de amêndoa de babaçu e de farinha de mandioca, põe em evidência a força produtiva das unidades familiares na economia regional. Por isso, sugerem que sejam repensadas as abordagens sobre as questões que envolvem a expropriação dos camponeses no Estado do Maranhão.

O livro termina com a terceira e última parte, em que encontramos “Uma leitura obrigatória: à guisa de posfácio”, de Helciane de Fátima Abreu Araújo. Nela, a autora evidencia, dentre outros, dois aspectos importantes do texto *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*: a “presencialidade” das análises e a reflexão crítica que ele provoca.

Podemos afirmar que em virtude dos projetos desenvolvimentistas do passado, houve um aumento da concentração fundiária, os problemas ambientais se multiplicaram e intensificaram-se as desigualdades sociais tanto no campo como nas cidades. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* é, sem dúvida, um livro que contribui enormemente para pensar as transformações que ocorreram e que ocorrem no meio rural maranhense. Finalmente, não se trata, portanto, como afirmado por Almeida, de uma reedição “serôdia”, pois esse livro nos faz pensar nas atuais resistências ao reconhecimento de formas diversas de organização social e cultural. Principalmente, as tentativas de suprimir os direitos fundamentais das sociedades camponesas e dos povos e comunidades tradicionais, de setores historicamente alinhados com lógicas de dominação colonial, que agem a partir de lugares privilegiados do cenário político brasileiro.

Recebido: 17/07/2018

Aprovado: 13/09/2019

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos é professor Adjunto do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio Pós-Doutoral (bolsa Capes) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) DAN/UnB (2012 a 2015). Finalizou estágio Pós-Doutoral Júnior (bolsa CNPq) pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos/InEAC, vinculado a Universidade Federal Fluminense (2011). No PPGAS/DAN/UnB concluiu o Doutorado (2010) e o Mestrado em Antropologia Social (2006). Ainda no DAN/UnB, realizou o Bacharelado em Ciências Sociais, habilitação em Antropologia (1995). Possui também graduação em Geografia (1990), graduação em Estudos Sociais (1989) e especialização em Geografia do Brasil (1990). Linha de pesquisa: Campesinato, Parentesco, Memória, Escravidão e pós-emancipação, Comunidades Negras Rurais e Urbanas - Quilombolas. ORCID: 0000-0002-0606-4342. Contato: carlosalexandrebps@gmail.com

Márcia Leila de Castro Pereira possui Graduação em Sociologia e Antropologia (2002), Mestrado e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2009), atuando nos temas Etnologia Indígena, Territorialidades, poder e conflitos socioambientais no contexto de grandes empreendimentos, definições fundiárias e demandas por direitos de povos tradicionais. Atualmente é docente do Departamento de Ciências Sociais//UFPI, professora permanente do Programa de Mestrado em Antropologia e professora colaboradora do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN). ORCID: ORCID n° 0000-0002-4531-5001. Contato: marcialeila23@gmail.com

Referências bibliográficas

TAUSSIG, Michael T. *The Devil and Commodity Fetishism in South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1983.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguecia". Anuário Antropológico, v. 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1990.